Ata da audiência pública da 1ª reunião extraordinária da 4ª sessão legislativa da Câmara Municipal de Matias Barbosa, realizada aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e seis, às dezessete horas e vinte e nove minutos, no Plenário Vereador Silvio Lopes da Silva Santos, sob a presidência do Vereador Marcos Martins e secretariado pela Vereadora Rita Edite de Oliveira Fernandes. O Presidente solicitou à Secretária que fizesse a chamada dos Senhores Vereadores. Verificando se a existência de número regimental com a presença dos Vereadores João Fernando de Assis Cipriani, Joaquim Benedito de Almeida, Pedro Adélio Vianna, estando ausentes os Vereadores Carlos Antônio de Castro Lopes, Evandro José Clóvis, Miltom Alvin de Araújo e Otávio Júlio Gonçalves Filho. O Presidente declarou aberta a primeira reunião extraordinária. A seguir o Presidente convidou para dar entrada no plenário, o Secretário de Saúde Luiz Fernando Fresz e o Diretor de Contabilidade e Tesouraria Tiago Ovídio Alvim e agradeceu a presença dos cidadãos e servidores da Casa. Prosseguindo o Presidente disse: "Saliento que esta audiência pública, terá como matéria exclusiva a prestação de contas da saúde, referente ao 3º. quadrimestre de 2015, em cumprimento à Lei Complementar Nº. 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do Art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em ações e serviços públicos de saúde. Esclareço aos convidados que será concedido o prazo de dez minutos, conforme determina o § 2º do Art. 229 do Regimento Interno para fazer exposição sobre o tema, (prorrogáveis a juízo da presidência), não podendo ser aparteado. Os cidadãos que fizeram inscrição poderão fazer uso da palavra por dois minutos e falarão no microfone localizado junto ao para peito." Dando início aos trabalhos o Presidente, concedeu a palavra ao Sr. Tiago iniciando a apresentação pela parte financeira. O Sr. Thiago Ovídio Alvim disse: "O objetivo desta audiência pública é demonstrar e avaliar o cumprimento dos gastos da saúde, conforme disposto no Artigo 36 da Lei Complementar Nº. 141/12. "Art. 36 – o Gestor do SUS, em cada ente da Federação, elaborará o relatório detalhado, referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações: I – Montante e fonte dos recursos aplicados no período; II – Auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações; III – Oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população, em seu âmbito de atuação. Avaliação dos gastos da saúde do 3º. Quadrimestre de 2015 do Município de Matias Barbosa - Aplicação de recursos próprios na saúde: Receita base de cálculo (Impostos e Transferências): R$ 34.108.998,05; aplicação mínima legal de 15%; Valor aplicado: R$ 5.116.274,70 – 31,96 %; montante de R$ 10.903.507,16 – 16,96%; correspondendo ao valor de R$ 5.787.232,45; Pessoal e encargos sociais de 67,20% - R$ 7.327.772,40; Pessoas Físicas e Jurídicas: R$ 3.506.287,59 – 32,16%; outras despesas correntes R$ 69.447,16 – 1%; Gastos da Saúde, Administração Geral: R$ 629.694,92 – 5%; Atenção Básica: R$ 536.509,03 – 4,9; Assistência hospitalar e ambulatorial: R$ 8.899.679,60 – 80%; Suporte profilático e terapêutico: R$791.439,39 – 7,2; Vigilância Sanitária: R$ 563,80 – 1%; Vigilância Epidemiológica: R$ 798,14 – 1%; Alimentação e Nutrição R$ 44.822,20 – 1%;

Bloco de atenção básica R$ 1.360.084,94 – SUS; Tendo um saldo financeiro de R$ 7.149,75 - com total de R$ 1.367.234,69. Gasto Pessoal e encargos sociais: R$ 1.442.284,32; outras despesas correntes: R$ 425.038,00; Total: R$ 1.867.322,32; o Município aplicou R$ 500.087,63; CAPS – Transferência do SUS: R$: 348.199,06; Saldo financeiro em 2014: R$ 19.793,31; Total: R$ 367.992,37. Despesa no bloco de média e alta complexidade: R$ 320.777,81; Outras despesas correntes: R$ 137.841,03; Total R$: 458.018,84; Gasto do Município: R$ 90.026,47. Vigilância e Saúde – SUS: R$ 89.797,56; Saldo financeiro em 2014: R$ 82.080,63; Total de 90.026,47. Gasto Pessoal encargos sociais: R$ 248.941,80; Outras despesas correntes: R$ 35.254,35; Total: R$ 284.196,15; o Município aplicou R$ 112.317,96. Esse foi a parte contábil da audiência pública referente ao 3º. quadrimestre de 2015, agora passo a palavra para o Sr. Luiz Fernando". O Sr. Luiz Fernando Fresz disse: "Boa noite a todos. Parabenizo o Sr. Presidente pela tecnologia aqui implantada. Vou falar da questão Assistencial. Atenção Primária: comparativo até o 3º quadrimestre de 2015 onde houve uma queda no atendimento devido ao final do ano e também férias dos funcionários ainda assim obtivemos um bom atendimento, consultas, coleta de material em exames patológicos, a redução do câncer no colo do útero. A Atenção primária continua sendo a cargo do chefe em atendimento, principalmente em municípios até vinte mil habitantes. E ainda Glicemia Capilar, Inalação, Nebulização, Eletro Cardiograma, Visita Domiciliar, existe um recurso vinculado do ministério e o município ainda contribui muito. Lembrando que a Atenção Primária é muito importante, pois é ali a porta de entrada do cidadão. Saúde Bucal tendo acesso de 0-4 anos; de 4-12 anos; de 12-19 anos e assim sucessivamente. As linhas de cuidado: Acesso, Manutenção Periódica, Atividade Educativa, Busca Ativa, Visita Domiciliar, Atenção secundária, Política de Faltas e as metas. Com relação à saúde bucal, a Atenção Secundária ela é buscada através dos centros especializados em odontologia e a nossa referência é em Juiz de Fora. Procedimentos coletivos: 4789; Procedimentos Individuais: 4437; Primeira consulta: 473; Tratamentos concluídos: 477; Atendimento de urgência: 678; Total: 4437; Média mensal: 1109,3. Policlínica – especialidades: Clínica e Pediatra, Total: setembro 3017, outubro 3176, novembro 2987 e dezembro 2935. Total de atendimento de especialidades: setembro 777, outubro 855, novembro 545. Total de procedimentos: setembro - 2089, outubro - 2063, novembro - 2313 e dezembro - 2383. Saída das ambulâncias: nas cidades de Matias Barbosa, Juiz de Fora, Acispes-JF; sendo com maior deslocamento dentro da cidade de Matias e Juiz de Fora. A saída do SAMU de setembro a dezembro de 2015 totalizou 197 atendimentos. Vigilância Sanitária: elenco 1-A visita de 12 estabelecimentos e 4 fiscalizados; 1-B visita de 4 estabelecimentos e 0 fiscalizados e 1-D visita de 60 estabelecimentos e 15 fiscalizados. A vigilância sanitária também é educativa, atividade educativa para o Setor Regulado: 01 realizada com 09 participantes; atividade educativa para a População: 01 realizada com 28 participantes. Especialidade médica 80% do recurso é gasta com a média e alta complexidade, significando dizer que o nosso recurso que vai para Juiz de Fora são utilizadas somente 523 consultas. O nosso recurso está indo para Juiz de Fora e está ficando, isso é apropriação indébita, Juiz de Fora alega que fazemos mais cirurgias, já aconteceu casos de irem para Juiz de Fora e não

serem atendidos, então a discussão é, se a Cidade não pode nos atender, então não pactue, ficando com o dinheiro em Matias, podendo trabalhar no Município. Consultas em clínicas particulares: 334, justamente a diferença de Juiz de Fora. Exames de laboratório R$ 334.000,00. Procedimentos realizados em Matias, como ultrassom e outros procedimentos como exames cardiológicos. Procedimentos de média complexidade - temos uma média de 15 Cirurgias Eletivas, se olharmos lá na PPI dá uma média de 75-90, significa que o recurso para fazer as cirurgias estão em Juiz de Fora. Nós, os municípios menores, precisamos nos unir. A Superintendência Regional de Saúde é o nosso fórum de discussão. Não pode ter uma Superintendência que não mostre um caminho de cobrar de Juiz de Fora uma responsabilidade que é dela. Se Juiz de Fora não quiser ser sede de micro regiões, não haverá problema, eles podem abrir mão e nos referenciar os procedimentos. Com relação ao Raios-X, conseguimos a liberação e vamos ver se na próxima semana iniciamos procedimentos com Raio X aqui em nossa Policlínica. A Epidemiologia é um fator muito importante na orientação de agravos, os quadros em doenças da Epidemiologia são: Varicela, Meningite, Aids, Hanseníase, Tuberculose, Leptospirose, Acidente no Trabalho, ARH Escorpião, Violência e Febre Maculosa. No ultimo quadrimestre de 2015, no monitoramento de Doenças Diarreicas Agudas, tivemos um total de 371 e no monitoramento de Conjuntivite o total foi de 76. Dengue - foram 25 casos suspeitos – reagente: 6; não reagente: 8; aguardando resultado:10. No combate da Dengue, foram visitados 3.293 imóveis, tendo 28 imóveis com infestação de Aedes Aegypty, Pesquisas com pontos estratégicos 48. Os pontos positivos: capacitação dos Agentes de Combate a Dengue e reuniões técnicas, o ponto negativo continua sendo a falta de colaboração da população. Algumas outras ações: coleta de animais silvestres, Palestras em Escolas Municipais, Estaduais e Particulares e Grupo de PSF do Bairro Ponte do Arco usando como tema. Dengue, Escorpião, Caramujos, Carrapatos e outros e Coleta de amostra de águas em 05 pontos de minas e 05 pontos da Copasa para exames Micro Biológicos realizados pela SRS/JF. No quadro temos os municípios com baixa incidência de foco de Aedes, com alta incidência e municípios não declarados. Os municípios não declarados são os que devemos ter cuidado, pois são municípios vizinhos. Neste quadro nós temos a Assistência Farmacêutica que são: Guiomar que está de licença maternidade, Raquel, Moisés e Antonio. A Farmácia faz: supervisão de estagiários, acompanha no processo de licitação de medicamentos e insumos, solicita compra emergencial quando possível, solicita pedidos de empenhos dos medicamentos e insumos acompanhando a entrega, regulariza o estoque de medicamentos e insumos no almoxarifado, organiza o fluxo de compra e entrega de medicamentos e insumos na farmácia, PSF, Policlínica e mandato judicial. Em outubro inauguramos a obra de Assistência Farmacêutica, a média de atendimentos é de 230 pacientes, os itens padronizados são 266 e o cadastramento do SIGAF já completam 3.500. Esse numero é bom, pois esses pacientes são de Matias. Numero de atendimento total: Médico total: 298; Psicológico Individual: 173 e Psicológico em Grupo: 93. Números de Atendimento Assistencial Social, Individual 113; Grupo 723; Familiar 52; Domiciliar 10; Articulação Rede 66. Números de Atendimento Enfermagem, Individual 2326, Grupo 509, Domiciliar 21, Familiar 39 e Articulação

Rede 405. As oficinas do CAPS, sendo que o CAPS não é uma clínica especializada em atendimento Psiquiátrico, o CAPS é o Centro de Referência Psicossocial, ele libera o plano de cuidados para o paciente, tendo as oficinas que são: Artesanato e Musicoterapia, onde queremos no futuro implantar novas ações. Hoje estamos em uma nova residência, onde não é o ideal para a sede do CAPS, mas fomos agraciados com R$ 750.000,00 para construção de uma nova sede para o CAPS, então estamos aguardando a liberação de 30% desse recurso para dar inicio a licitação e começar as obras da nova sede. A apresentação é esta, muito obrigado. E estamos abertos para perguntas". O Exmo. Presidente Marcos Martins fala: " Para darmos continuidade na Audiência Pública, temos duas inscrições, convido a Senhora Luzia de Fátima Nery Faza para fazer uso da palavra, lembrando a Senhora Luzia, que tem até dois minutos para falar ou elaborar a pergunta dentro do tema da audiência de hoje que é da Saúde". A Senhora Luzia de Fátima Nery Faza fala: "Boa noite a todos! Queria saber o porquê estamos com falta de atendimento da Farmácia do município? O que está acontecendo com o PSF do Bairro Maria Célia, está sem cobertura? Sendo que temos muitos idosos no bairro e também o que está acontecendo com o caso do Senhor Robson Gomes, que está com câncer e está sem atendimento, pois não está havendo carros disponíveis ou vale transporte". Luiz Fernando fala: "Nós realizamos agora recentemente um processo seletivo e conversamos com a Subintendência Regional da Saúde, pois precisamos fazer uma reterritorialização, pois a cidade cresce, já fizemos uma comunicação para a Taís, que é a Subtendente Regional da Saúde e estamos aguardando uma posição deles. Hoje temos mais Agentes Comunitários da Saúde do que o Ministério da Saúde exige, então, o que devemos fazer é uma reterritorialização, ou seja, ver onde tem mais pessoas e adequar. Não vamos esperar eternamente, o Eduardo não pode vir hoje, mas, na segunda-feira ele vai conversar com a Coordenadora Técnica da Subintendência para marcar uma reunião aqui e vamos fazer isso junto com o Conselho". O Presidente Marcos disse: "E a construção no PSF do Maria Célia, tem alguma posição quanto a isso? Se vai construir?". Luiz Fernando fala: " Vai ser construído sim, mas, está dependendo de chegar recurso. Só estamos com recurso para construção do Maria Augusta. Então assim que chegar, vamos dar continuidade não só para o Maria Augusta, mas também, Maria Célia, Banheirinho, então estamos esperando em torno de R$1.600.000,00, para chegar e darmos andamento as obras. Com relação aos remédios, temos que seguir a lei 8.666 é de licitação, e esta lei que nos da a regra, então temos os medicamentos da farmácia e temos os medicamentos que o Estado deve mandar, para ter uma ideia, as fitas de glicemia que o Estado mandou, vão vencer agora em fevereiro, então, se não comprarmos o cidadão vai ficar sem fita. Com relação aos medicamentos básicos o Estado também não mandou. Mas sabendo disso, fizemos um processo licitatório há um tempo e as empresas que ganharam pedirão um realinhamento de preço. Então estamos esperando o parecer do jurídico. Já o caso do câncer, já que é um caso específico, nos procure, para sabermos o que está acontecendo, vamos procurar a melhor maneira possível desse paciente ser atendido, ou através de carro ou ambulância." O Presidente Marcos fala: "Convido o Sr. José Alberto Siqueira para fazer o uso da palavra". O Sr. José Alberto diz: "Temos por lei o direito de receber todos os dados

aqui hoje apresentados com antecedência à Audiência Pública, o Conselho de Saúde tem que conhecer estes dados. O Tiago apresentou todos esses números e não tem como eu dizer nada, pois nunca os vi e desde 2014 peço para mandar para o conselho e não sou atendido para que assim possa ser discutido." O Presidente diz: "Vou conceder a palavra aos Vereadores que assim quiserem fazer o uso da palavra. O vereador Joaquim Benedito fala: "E sabido que Matias recebe pacientes das cidades circunvizinhas, minha pergunta é a seguinte – tem recebido pacientes de Três Rios aqui? A seguir o Luiz Fernando responde dizendo - "O cidadão é como se fosse um ladrão de uma caixa d'água, onde tiver brecha ele vai. Lógico ele está passando mal, ele não quer saber de CAPES, UPA, de regulação, ele não quer saber de nada disso não. Então eles sabem do bom atendimento e assim eles veem mesmo subversivamente. Ele traz o documento mascarado, como se viessem da Vila Ideal, Olavo Costa. Nós temos uma triagem, onde é feita uma averiguação, mas acaba, trazendo documentação de que ele é de Matias e que tem um irmão que mora aqui, ou que ele está na casa do tio. Infelizmente, não tem como comprovar o nome, a data que veio, mas com toda certeza, esses pacientes têm vindo de Levi Gasparian, de Três Rios, enfim dessa proximidade de Matias com o norte do Rio de Janeiro." Dando continuidade o Vereador Joaquim Benedito diz - "Eu sei que até por questão de humanidade, o paciente chega e tem que ser atendido. A minha pergunta é: Porque Matias é sobrecarregada de trabalhos e isso é público e notório. A gente ouve muito falar que as pessoas fazem muitas críticas da atuação da saúde em Matias, mas se esquecem de que aqui é referência para o atendimento para outros lugares. Com relação ao recurso da PPI, alocado em Juiz de Fora, que se fosse repassado à Matias, poderia estar comprando esses procedimentos com clínicas particulares?" A partir disso, o Luiz Fernando responde dizendo - "Existe uma estratégia, logicamente, discutida com o Conselho, onde o município assume a gestão dos prestadores. Eu, até novembro, era um defensor disso, mas com esses cortes de recursos do governo federal e mesmo do governo estadual, eu coloquei o pé atrás, para darmos continuidade. Mas mesmo assim, esse é o recurso que nós teríamos para comprar e teríamos a gestão dos mesmos. Então com certeza, se esse recurso está em Juiz de Fora, e eu uso, mesmo que seja pouco, tem que deixar. Não é um recurso sustentável, mas se com os 80% dos mais de 16% (dezesseis por cento) – teto máximo - que Matias coloca na média complexidade, fosse juntado ao meu recurso, com certeza os prestadores estariam aqui, prestando esses atendimentos." Continuando o Presidente diz: "Permite Adriano fazer um adendo, pegando a fala do Luiz Fernando, o que falta para que a gente possa desgarrar esse dinheiro para que possamos utilizar? Quem podemos chamar para conversar pra solucionar essa situação?" Prosseguindo o Vereador Joaquim Benedito pergunta: "Luiz Fernando, você disse união de pequenos municípios. Isso acontece com outros municípios? "Luiz Fernando responde dizendo: "Acontece com todos. No primeiro ponto, com o recurso específico de Matias - Temos hoje, mais de oitocentos e noventa mil reais em Juiz de Fora (MATIAS).Nós temos que fazer uma proposta para o Conselho e o Conselho aprovar que esse recurso venha para Matias fazer a gestão dele. Assim Matias pode comprar sua clínica, contratar seu prestador de serviço e se quiser ter seu próprio hospital e fazer suas cirurgias. Isso é recurso só da

PPI, eu estou falando dos mutirões, cirurgias, essas coisas todas específicas. Agora que já temos o Consórcio ACISPES, a minha sugestão a nível regional, é que os municípios se agreguem e façam isso conjuntamente, pegando o recurso para o município e alocando no consórcio, porque eles agora são os donos e podem requerer suas cirurgias. A ACISPES é dos municípios, ou seja, não pode ser o inverso. Eu vou fazer isso amanhã, colegas e secretários se nós não nos unirmos agora, estamos fadados a falir. Por quê? Então Senhor Vereador a sugestão a nível regional que dou é essa: Como o consórcio é público, a transferência de recursos é através de um contrato de programa e a transferência é imediata e a ACISPES não fica sem receber, porque uma vez comunicado ao governo federal, o recurso vem direto, fundo a fundo. Então esta seria uma estratégia a nível regional". O Presidente pergunta: " Senhor Luiz Fernando, já existe uma discussão com outros secretários?" O Senhor Luíz Fernando responde que sim, partindo para isso Lima Duarte, Santos Dumont, São João Del Rei e Bicas já partiu para isso, porque eles não estão mais suportando manter essa condição. Nós recebemos no final de semana, uma paciente de Torreões, isto é um absurdo, pois se não temos nem para nós, mas também como recusar o atendimento, o paciente estava dentro da ambulância e arrítmico. Recusar esse atendimento seria omissão nossa. A nossa esfera de discussão não é a nossa policlínica, o SAMU, ou os médicos, a discussão é anterior a isso, é política, e o que cabe realmente às Prefeituras é pressionarem. Os Prefeitos já sabem disso, o Joaquim Prefeito é um ferrenho defensor de nós estarmos fazendo esse movimento. Conversei com o José Siqueira e com o Jorge do Conselho Fiscal de Saúde de Juiz de Fora, dizendo que íamos comunicar ao Conselho Estadual de Saúde o que está acontecendo em Juiz de Fora. O Jorge, na conversa, disse que o Conselho de Saúde de Juiz de Fora é pleno, mas nós municípios não somos plenos e aqui o Conselho Estadual tem sim o direito de nos ajudar, porque não podemos ficar sozinhos nessa situação." O Presidente diz: "Juiz de Fora, até pouco tempo, nem secretário da saúde tinha, uma bagunça aquilo lá." Um cidadão do público pergunta - "Como vamos tirar a gestão de Juiz de Fora e fazer a nossa própria gestão?". Luiz Fernando responde falando: "Nós, não vamos tirar tudo, vamos é fazer uma negociação com Juiz de Fora, naquilo que ela não nos atende e vamos fazer com que ela nos passe a gestão daquilo que nós tivermos condição de arcar. Porque os hospitais têm que ser somente em Juiz de Fora, se eles têm uma fila de 3,5 anos só para a traumatologia, segundo a Eunice, Diretora da Santa Casa de lá? Mas o meu dinheiro está lá, os casos de alta complexidade, a macrorregião está lá. Porque não nos unimos e de repente o Hospital de Bicas, de Mar de Espanha, de Rio Preto terão condições de assumir a gestão desses casos e poderão negociar com a Santa Casa, com o HTO? Então por que Juiz de Fora tem que continuar negociando por nós?". Dando Continuidade, o Presidente diz: "Luiz Fernando este é um amplo debate e não vai ser nessa audiência que vamos resolver esse assunto. É uma questão levantada pelo Vereador Joaquim Benedito, porque de fato alguma coisa tem que ser feita e se o dinheiro está vinculado à conta aqui de Matias, nada mais justo que a Saúde possa utilizar esse recurso e não ficar vinculado à Juiz de Fora. Isto é uma sugestão de uma pauta para tratar desse assunto aqui, juntamente com outros secretários de outros municípios. Amanhã o Senhor vai ter uma reunião

com eles, então já pode passar a sugestão de que a Casa está aberta para travar esse debate". Prosseguindo o vereador Joaquim diz: "Agora em relação ao CAPES, hoje são muitos pacientes de Matias e municípios circunvizinhos, diversos tratamentos e pergunto – qual é o número total de pacientes no CAPES?" Luiz Fernando diz: "O CAPES é como um consultório de clínica especializa de porta aberta." Vereador Joaquim Benedito fala: "Acho que não fui claro na minha pergunta, eu sei que o CAPES tem diferentes atendimentos de diferentes tipos de tratamentos." Luiz Fernando responde dizendo que: Nós temos um público de aproximadamente quatrocentos e cinquenta a quinhentos ". Vereador João Cipriani pergunta a respeito da Dengue: "Tem pessoas fazendo denúncias, reclamando demais, inclusive eu liguei no intuito de saber o número de telefone para reclamar da Dengue. É preocupante, Matias está relativamente bem, mas nós não podemos cruzar os braços porque, como diz nosso vereador Joaquim, ali perto das nossas casas, existem trilhos e alí passam muitas crianças, estudantes e eles não estão nem aí, jogam fora saquinhos de biscoito e, que posteriormente viram focos de dengue. Eu quero saber o seguinte - essas pessoas que visitam nossas casas, como recebi em minha casa, a pouco tempo, onde o agente comunitário simplesmente fez perguntas se tinha focos de dengue, vasos de flor, se tinha isso, se tinha aquilo. Isso aí é um trabalho? Então minha esposa até queria fazer uma denúncia. Lá na beira da linha não passa varredor de rua, coletor de lixo, a coleta vem pela Rua Euclides da Silva Leal, onde eu moro e os moradores também colocam suas sacolas de lixo na linha férrea. Aí eu pergunto, será que os agentes que visitam nossas casas não poderiam pegar um copo que fica no caminho, foco de dengue? Eles foram orientados a fazer esse tipo de trabalho? O vereador Joaquim diz: "Complementando o vereador João Cipriani, ele disse bem, ali na rua não tem varredor, ali não tem. Até conversei com o Departamento de Obras, pedindo para que o pessoal vá lá hoje, mas ninguém foi. Então pedi ao Cláudio também a respeito de uma casa na Rua Euclides Leal da Silva, abandonada, o mato está demais, tem que levar uma roçadeira para cortar primeiro e só depois pode entrar. Conversei com o Geraldão e parece que ele ficou de mandar alguém lá". Luiz Fernando prossegue dizendo que – março e abril são os meses de maior demanda. Olha vereador, a mudança de cultura é difícil, as pessoas vão continuar a jogar lixo mesmo e está arriscado a Secretaria de Obras passar limpando e logo após já tem lixo jogado. É o hábito. Eu costumo comparar com o fumante, porque ele sabe que pode desenvolver um câncer, uma leucemia e continua fumando. O fumante faz isso contra ele próprio. Com relação aos agentes de endemia, quando eles chegarem em vossas casas, não fiquem submissos, cobrem o trabalho deles. Não podemos rotular todas as equipes com um tipo de trabalho desses. Com relação à denúncia, denunciem mesmo e passem no Cláudio e identifiquem esses agentes, porque eles não os representam. A respeito da coleta, o agente vai identificar, verificar e eliminar o foco, mas quanto ao trabalho de grande escala igual ao dessa região, o agente vai comunicar à Secretaria de Obras para se responsabilizar por essa limpeza. Gente o município é nosso, não vamos ficar submissos, o agente não está fazendo nenhum favor, ele precisa do trabalho. Nós precisamos cuidar do lugar que nós vivemos. A saúde é continuada, os técnicos são os multiplicadores, a Superintendência Regional de Saúde nos ajuda muito na

capacitação e treinamento dos profissionais e não devemos ter medo dos novos profissionais, pois eles podem ser melhores do que os atuais". O Presidente diz: "Com relação a questão da água, nós tivemos uma reunião ontem com o novo superintendente, o Leonardo, para resolver a questão de levar água tratada até a Vila Esperança. Trocamos ideia com ele, referente à audiência pública e tratamos a questão da qualidade da água que é fornecida. Ficou mais ou menos acertado no dia sete ou dez de março para debater esse assunto. E junto falamos com a Secretaria de Saúde para fazer uma análise da qualidade da água, para que não fiquemos presos somente a análise da Copasa. A falta de remédio anotada aqui, o senhor já mencionou que o raios-x vai ser liberado". Luiz Fernando diz que está liberado, que a Superintendência de Saúde já nos autorizou, o laudo já foi equacionado e está resolvendo o problema do revelador, porque o que temos é para máquina manual". Presidente fala: "Sobre a questão da Superintendência de Saúde, citada anteriormente pelo Senhor Luiz Fernando, acho que não entendi, existe uma falha da gestão, para uma aproximação dos municípios. O que a gente pode fazer para solucionar essa questão?". Luiz Fernando responde: "Podia aproveitar esse contato com a Superintendência de Saúde para aproximar os municípios, porque as capacitações continuadas são de responsabilidade dela própria e essa questão da regulação é extremamente importante. Hoje, temos dificuldade nos procedimento de neurocirurgia, traumatologia de alta complexidade, UTI neonatal e leitos. O que acontece hoje é que o paciente se interna para fazer uma cirurgia, aí o hospital pega segura a parte dele e a cirurgia leva quinze dias para acontecer. O Presidente diz: "Então, solicita-se a senhora secretária que faça a chamada final dos senhores vereadores e declara encerrada a presente reunião às dezenove horas e dezesseis minutos na qual estiveram presentes os Vereadores, que assinaram o livro de presença. Para constar, eu, Yasmin Fabiano Alves, redatora, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada. Matias Barbosa, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis. Aprovada por unanimidade aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezesseis.